

DEBATES RECENTES NA GEOGRAFIA CULTURAL ANGLO-AMERICANA: UMA APRECIAÇÃO ANTROPOLÓGICA E FILOSÓFICA*

■SCOTT WILLIAM HOEFLE - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/LIFRI

RESUMO

DE ACORDO COM A CONSISTÊNCIA EPISTEMOLÓGICA E ONTOLÓGICA, AVALIA-SE, NESTE TRABALHO, O ATUAL DEBATE TEÓRICO SOBRE AS ABORDAGENS DE CULTURA ENTRE GEÓGRAFOS DE CORRENTES SAUERIANA, MARXISTA E PÓS-MODERNISTA. APESAR DAS DIFERENÇAS NORMALMENTE RESSALTADAS ENTRE OS "VELHOS" E OS "NOVOS" GEÓGRAFOS CULTURAIS, TODOS COMPARTILHAM UMA VISÃO FILOSÓFICA FENOMENOLÓGICA EM COMUM POR OCUPAREM MOMENTOS PARADIGMÁTICOS SEMELHANTES NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO CIENTÍFICO. INICIALMENTE, OS DEBATES EPISTEMOLÓGICOS ENTRE SAUER E HARTSHORNE SÃO RETOMADOS PARA DEMONSTRAR COMO REPRESENTARAM UMA MUDANÇA DO PENSAMENTO FENOMENOLÓGICO PARA O EMPIRICISTA NAS CIÊNCIAS DA SUA ÉPOCA. EM SEGUIDA, OS ATUAIS DEBATES NA GEOGRAFIA CULTURAL ANGLO-AMERICANA SÃO INSERIDOS NUMA TENDÊNCIA SEMELHANTE, QUE OCORRE DURANTE A DÉCADA DE 1990, DE SUBSTITUIÇÃO DOS SINTAGMAS FENOMENOLÓGICOS DO AMBIENTALISMO RADICAL, DO MARXISMO CULTURUAL E DO PÓS-MODERNISMO PELOS NOVOS PARADIGMAS DA ECOLOGIA POLÍTICA E DO NEO-DARWINISMO.

PALAVRAS-CHAVES: GEOGRAFIA, GEOGRAFIA CULTURAL, CULTURA.

Apresentação _____

Emergindo nos anos de 1980, a Nova Geografia Cultural se consolida na presente década como uma das áreas mais dinâmicas de pesquisa geográfica. Em decorrência, desencadeou-se um debate em torno do próprio conceito de "cultura", que está em suas bases, marcado por dois momentos. Num primeiro momento, Price e Lewis (1993a, 1993b) defenderam a visão saueriana de "cultura" contra as críticas de geógrafos pós-modernistas e marxistas culturais, provocando a resposta de Cosgrove (1993a), Duncan (1993) e Jackson (1993). Mais recente, críticos marxistas, como Mitchell (1993, 1995, 1996) e Peet (1993), têm levantado questões ontológicas sobre a existência de "cultura", vista tan-

to como esfera de vida distinta, que caracteriza a interpretação pós-modernista, quanto como o conjunto de gênero ou modo de vida, definição geralmente associada à "velha" Geografia Cultural. Provocaram reações de Cosgrove (1996a), Duncan & Duncan (1996), Jackson (1996) e Watson (1995), definindo e esclarecendo suas posições sobre a existência ou não de cultura, tratando de sua dimensão ontológica.

Contudo, estas questões não podem ser abordadas apenas no âmbito da Geografia Cultural, pois, no plano disciplinar, discussões conceituais sobre "cultura" e "ontologia" devem ser remetidas, respectivamente, à Antropologia e à Filosofia, e, no plano interdisciplinar, à história do pensamento científica, âmbito da Filosofia da Ciência. Assim sendo, sob a ótica antropológica e filosófica, avalia-se criticamente o uso indiscriminado destes conceitos nos debates na Geografia Cultural dos anos de 1990, visando tanto a um maior rigor teórico quanto ao intercâmbio multidisciplinar. Como a abordagem adotada trabalha na interface da Geografia com a Antropologia e a Filosofia, procura apresentar a discussão através de uma sistematização teórica capaz de identificar semelhanças e agrupar o particularismo de posições individuais diferenciadas por nuances de seus argumentos do que por diferenças epistemológicas.

Estendendo as observações de Price e Lewis e com base numa visão histórica da Ciência, argumenta-se que, numa análise simultaneamente epistemológica e ontológica, há, de fato, bastante afinidade teórica e metodológica entre a "velha" e a "nova" Geografia Cultural, principalmente em função da visão fenomenológica comum a ambas. Tanto Sauer, e geógrafos culturais-humanistas como Glacken, Lowenthal e Tuan com passagem por Berkeley nos anos de 1960 e 1970, quanto os atuais proponentes da Nova Geografia Cultural, como Cosgrove, Daniels, Duncan, Jackson, Ley e McDowell, compartilham uma epistemologia de oposição a posturas filosóficas empiricistas e racionalistas, dominantes na Geografia de 1850 a 1920 e novamente de 1940 a 1973.

Assim sendo, geógrafos culturais têm interesses e epistemologias semelhantes porque ocupam momentos paradigmáticos semelhantes na história do pensamento científico, momentos estes nos quais enfatizam-se abordagens qualitativas e culturais. Hoje nas ciências em geral, deparamos com nova ênfase no Empiricismo, que vem, aos poucos, substituindo as correntes fenomenológicas das duas últimas décadas, altamente particularistas, provocando inconsistências epistemológicas comum a momentos de mudança de paradigmas.

CONTRADIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS: IMPULSOR DO Pensamento Científico ___

Existem três epistemologias básicas à Filosofia Moderna: Empiricismo, Racionalismo e Fenomenologia. Em termos epistemológicos (objetivo científico; escopo fenomenal, espacial e temporal; método científico e precedimento analítico) e ontológicos (modelo perceptivo e agente perceptivo), o Empiricismo e Racionalismo ocupam pólos opostos enquanto que, historicamente, a Fenomenologia tem representado uma tentativa holística de mediar estas posições (Figura 1).

Cosgrove (1989, p. 29-31) e Gregory (1978, p. 113) observam que geógrafos, normalmente, tendem ao Empiricismo, observação que também aplica à maioria dos cientistas sociais. Isso ocorre até com os geógrafos mais inclinados ao Racionalismo, como Bunge, por exemplo, cujas análises com métodos matemáticos sempre tiveram referência empírica e nunca foram exercícios abstratos puros na matemática cartesiana. A mesma pode ser dito ao respeito do antropólogo Lévi-Strauss e do lingüista Chomsky. Outros geógrafos e antropólogos, com inclinação fenomenológica, como Sauer, Boas, Kroeber e Lowie, no passado, e cientistas sociais pós-modernistas, no presente, também têm forte elemento empírico no seu trabalho. Eles não abandonaram completamente a visão científica centralizadora e universalista a favor da visão humanista descentralizadora e historicista. Pelo contrário, destacaram a importância de mediar as duas visões (cf. Entrikin, 1991).

Figura 1 – Mudança temporal de epistemologias científicas

	1	2 —	3 ———
Filosofia da Ciência	Fenomenologia (Kant, Nietzsche, Heidegger)	Empiricismo (Berkeley, Hume, Locke)	Racionalismo (Descartes, Leibniz, Spinoza)
Esferas Epistemológicas			Spino2u)
Objetivo	justaposições particularistas	associações probabilistas	leis determinista e reducionistas
Escopo Fenomenal	holismo interrelacionado	integração seletiva	especialização sistemática
Escopo Espacial	localidades contextualizadas	estudo de casos região mundo	universo, mundo
Escopo Temporal	diacronismo	sincronismo	evolução univers
Método	observação participativa e narrativa existencial	observação indutiva-experimental	reflexão dedutiva- demonstrativa
Precedimento Analítico	interpretação qualitativa e intuitiva	descrição quantitativa	lógico- matemático
Esferas Ontológicas			
Modelo Perceptivo	idealismo ou constructivismo	realismo	essencialismo
Agente	sujeito objeto	objeto sujeito	sujeito objeto

Assim sendo, poucos são os cientistas sociais puramente cartesianos ou nietzschianos, posicionando-se, a grande maioria, entre estes extremos. É justamente isso que provoca as contradições epistemológicas presentes nos debates na Geografia Cultural dos anos de 1990, pois as contradições presentes num empiricismo inclinado à fenomenologia ou ao racionalismo favorecem uma leitura posterior seletiva por seus críticos. A dinâmica de contradições epistemológicas, por sua vez, move a evolução do pensamento científico, gerando ciclos.

Isto pode ser visto no tempo através de sequências de pensamento científico, nas quais um paradigma empiricista-indutivo é seguido por um paradigma dedutivo-determinista, que, posteriormente,

é substituído por um número de sintagmas fenomenológicos críticos. Expressa claramente esta següência a combinação do modelo de paradigmas científicos de Kuhn [1970(1962)] com o contra-modelo de sintagmas pós-modernistas de Hassan (1985) e com o contraste entre posições deterministas-reducionistas e posições holistas-interrelacionistas de Simmons e Cox (1985). O pensamento científico, por sua vez, se associa a longas ondas de mudanças históricas do contexto social, presente nos trabalhos de Hobsbawn [1988(1962), 1967, 1975, 1994], Stöhr (1981) e Taylor (1985).

Particularmente pertinente para avaliar o terreno comum tanto da tradição "velha" quanto da "nova" Geografia Cultural são as observações de Hobsbawn contrastando o pensamento evolucionista inglês e francês com o pensamento historicista da naturphilosophie alemã. Hobsbawn detecta que, historicamente, na Ciência, modelos de evolução universal, enfatizando uma visão modernista da objetividade científica, são dominantes durante períodos de expansão capitalista, enquanto modelos historicistas, destacando uma visão da subjetividade percepcional e do particularismo cultural, predominam durante épocas de crise. Assim sendo, as Ciências que estudam os fenômenos sociais oscilam entre a Ciência Social e as Humanidades.

É justamente na tradição humanista que toda a Geografia Cultural do século XX se enquadra e se abordagens culturais estão em alta ou em baixa, depende do pensamento científico do momento, predominando, ora uma vertente crítica na qual a cultura é importante, ora uma vertente racionalista na qual a cultura é determinada por outros fatores específicos, como por exemplo, condições climáticas ou forças econômicas. A vertente crítica tem suas raízes na longa tradição da Fenomenologia alemã, passando por Kant, Fichte, Hegel, Goethe, Marx, Nietzsche, Husserl, Heidegger, Spengler, Habermas e Feyerabend.¹ A esta tradição de filosofia, que se coloca como alternativa à evolucionista anglo-americana, hegemônica durante períodos modernistas, podem ser acrescentados o Existencialismo, o Pósestruturalismo e o Pós-modernismo francês, exemplificado, respetivamente, por Sartre, Merleau-Ponty, Foucault, Baudrillard, Derrida e Lyotard.2

Visto desta perspectiva, Sauer, Fleure e Forde, na Geografia, e Boas, Kroeber e Lowie, na Antropologia, fizeram parte de uma fase de particularismo cultural nas Ciências Humanas no período entre as guerras mundiais, da mesma forma que os geógrafos críticos representaram esta linha de pensamento após 1967. Ambos os grupos de cientistas sociais reagiram contra paradigmas deterministas anteriores, respectivamente, o Evolucionismo Bioambiental e o Estruturalismo Econômico. Estes paradigmas começaram como abordagens com forte base empírica que, depois, saltaram para deduções generalizadas para o mundo inteiro.

A mudança epistemológica é evidente, por exemplo, no pensamento de Darwin. Inicialmente, no Origin of Species, Darwin desenvolveu a teoria de seleção natural para o mundo não-humano, construída sobre uma sólido base de décadas de pesquisas empíricas indutivas, mas, no The Descent of Man, ele estendeu esta teoria de forma dedutiva para a humanidade, com as mesmas implicações racistas das teorias evolucionistas de seus contemporâneos Spencer, Morgan, Maine e Tylor (Harris 1968, Stocking 1968).

Trajeto semelhante ocorreu com o Funcionalismo Estrutural na pós-Segunda Guerra. Elaborou-se, inicialmente, uma teoria de desenvolvimento baseado na análise de casos empíricos de industrialização em países específicos do Ocidente, e, nos anos de 1950, saltou-se para o determinismo econômico das teorias estruturalistas de desenvolvimento acelerado, aplicadas de forma dedutiva ao mundo, do centro para a periferia (Brookfield 1975, Taylor 1989).3

FENOMENOLOGIA VERSUS EMPIRICISMO NOS DEBATES ENTRE SAUER E HARTSHORNE _

Assim sendo, as posições epistemológicas de Sauer representavam uma reação particular ao evolucionismo racionalista de Huntington, Semple e Taylor, da mesma forma que as posições empiricis-

tas de Hartshorne foram elaboradas em reação à epistemologia fenomenológica de Sauer. Consequentemente, Price e Lewis (1993b) estão corretos em destacar as origens da Geografia Cultural saueriana no humanismo alemão, ou seja, na corrente filosófica da Fenomenologia. Nas primeiras páginas do "Morphology of Landscape", Sauer delinea sua visão da Ciência, citando o trabalho Prolongemena sur Naturphilosophie do fenomenologista alemão Keyserling. Para Sauer, a Ciência é constituída por um processo contínuo da aquisição do conhecimento e não pela aplicação dedutiva de um corpo unificado de leis físicas ao mundo. No entanto, com isto ele não está advogando o empiricismo indutivo, pois, os fenômenos físicos e culturais são pesquisados com um modo de investigação predeterminado e um sistema preconcebido de inter-relacionamento dos mesmos. Na última seção do "Morphology" e em artigos publicados nos anos de 1950, Sauer voltou a este tema, afirmando que a pesquisa geográfica vai além da Ciência, capturando a realidade "colorida" da vida. Citando o trabalho de geógrafos alemãos holísticos, como Humboldt, Banse, Gradmann e Volz, inclui-se na pesquisa geográfica assuntos estéticos e subjetivos que se colocam aquém da regimentação científica e de a prioris racionalistas, dessa forma alcançando um plano mais alto de conhecimento [1963(1925), p. 344-5, p. 349-50, (1952), p. 380-81, (1956), p. 403].

Na verdade, o retrato de positivista e empiricista de Sauer, oferecido hoje por geógrafos pós-modernistas, cabe melhor ao seu contemporâneo e grande rival: Hartshorne. A epistemologia de Hartshorne se enquadra perfeitamente no padrão empiricista, típico do paradigma de Funcionalismo Estrutural, compartilhado na mesma época por Parsons na

Sociologia e por Radcliffe-Brown na Antropologia. Na verdade, The Nature of Geography é uma longa crítica ao conceito de paisagem e da metodologia científica de Sauer. Para Hartshorne, ao contrário das impressões subjetivas e "promíscuas" de uma paisagem ou região registradas por um artista ou viajante, a descrição geográfica deve ser fotograficamente objetiva e as reações pessoais e emotivas do observador devem ser minimizadas (1939, p. 132-33, p. 452-53). Como Sauer, Harshorne criticou o Determinismo Ambiental mas em termos de associações probabilistas (1939, p. 432-37) e não do ponto de vista do particularismo anti-racionalista de Sauer. Ambos advogaram um método indutivo que trabalha, primeiro, com diferenciação de área detectada em estudos de caso, para, depois, chegar à generalização regional. Entretanto, Sauer tinha em mente estudos de caso detalhados, com profunda dimensão histórica, duvidando da possibilidade de estender este tipo de estudo à escala continental [Hartshorne 1939, p. 66-67, p. 395; Sauer 1963(1925), p. 326`-27, 1963(1941), p. 362

1Em termos de escopo fenomenal, Hartshorne e a proponente do holismo. Ele, porém, não acha a possível incluir todos os elementos físicos e culturais imagináveis no estudo de diferenciação regional, e, no final, ele acaba advogando a integraç o seletiva na qual força" e fatores econômicos e locacionais são considerados os mais importantes (193 , xii, p. 335) e na Geografia Anglo-Americana ele f i pioneiro nos estudos de localização industrial (Martin 1994, p. 483). Hartshorne também contrast u seu trabalho com o de Sauer, que, na sua opiniã , confundia a Geografia com a Antropologia (193 , p. 177-78). Sauer, por sua vez, se defendeu des a acusação distingudo a Geografia da Antropologia e da História. Na Geografia, estuda-se adaptações a ambientes através do modo de vida e economia de culturas específicas, através da análise do uso de dados classificados sobre a economia, a habitação, a distribuição populacional, os centros urbanos, tipos agrícolas, a apropriação da flora, da fauna e de outros materiais e a distribuição de linhas de comunicação [1963(1941), p. 360-62, p. 364].

Em termos de escopo temporal, Harsthorne enfatizava a corologia, o estudo sincrônico de fenômenos regionais, no lugar do historicismo-cronológico de Sauer. Para Hartshorne informações históricas somente são pertinentes se tiverem relevância atual e ele criticou os estudos de Sauer e de outros geógrafos que ficam tão preocupados em descrever paisagens do passado que mal chegam a realidade atual (1939, p. 78-84). Esta avaliação de Sauer, de fato, é correta, pois o conjunto de seu trabalho trata desde adaptações humanas no Pleistoceno até a fronteira americana, mas não chega ao século XX.

O método científico e procedimento analítico de Hartshorne é empiricista. Apesar de ter sido criticado por seus estudos "descritivos" pelos proponentes da Geografia Quantitativa, Hartshorne empregou fórmulas quantitativas e mesuração simples (1939, p. 426-439) e considerou pouco científicas as descrições intuitivas e qualitativas de paisagens elaboradas por Sauer (1939, p. 149-55). Estes ataques, por sua vez, provocaram respostas violentas de Sauer. Na sua famosa palestra "The Great Retreat", proferida na sua posse como presidente da Associação Americana de Geógrafos, em 1940, e novamente em artigo de 1952, Sauer afirmou que é uma Geografia filosoficamente pobre que só trata aquele fenômeno que pode ser quantificado e mapeado (1963, p. 351, p. 380-81). Finalmente, apesar da insistência de Hartshorne de que as divisões regionais são arbitrariamente delimitadas por geógrafos, seu modelo perceptivo é realista. A observação geográfica é caracterizada como um processo fotográfico, sem problemas de filtragem, e Hartshorne não via a necessidade de tentar ver uma paisagem pelos olhos dos habitantes, como propunha Sauer, porque a percepção destes é fatalmente subjetiva, ao contrário da visão científica, tida como objetiva.

Todas as inovações epistemológicas introduzidas por Hartshorne, em contrapartida à filosofia da Ciência de Sauer, prepararam o caminho para a Nova Geografia dedutiva e determinista que emergiu no final dos anos de 1950 (Abler, Adams e Gould, 1971; Simmons e Cox, 1985; Taylor, 1985). De fato, foi Hartshorne (1959) quem inventou o termo de Geografia como a "Ciência Espacial", mesmo que, posteriormente, fosse vitimizado por sua cria (Gregory 1994, p. 105). Em anos recentes a contribuição de Hartshorne tem sido reavaliada. Alguns, como Entrikin (1989), não vê muita relevância do seu trabalho para as abordagens pós-modernistas da Geografia contemporânea, enquanto outros, como Campbell (1994), apontam justamente para elementos pós-modernistas no seu trabalho, um "segundo" Nature, mesclado dentro do primeiro Nature, de cunho modernista. Contudo, estas caracterizações do Hartshorne sofrem do que Livingston (1992) chama de "presentismo histórico", isto é, a seleção apenas de aspectos do trabalho de um cientista do passado que nos interessa hoje, em vez do exame do conjunto de seu trabalho dentro do contexto intelectual de seu tempo.5 Já Sauer sofre uma avaliação oposta nas mãos dos geógrafos pós-modernistas e marxistas culturais, pois, como reclamam com razão Price e Lewis (1992a, 1992b), na leitura atual de Sauer é enfatizado seu lado empiricista, esquecendo o lado fenomenológico.

O Superorgânico na Antropologia Cultural Boasiana

Paralelamente aos debates epistemológicos na Geografia, havia debates semelhantes na Antropologia. Na mesma maneira que Sauer criticou os deterministas ambientais e travou debates acirrados com Hartshorne, Boas, Kroeber e Lowie criticaram duramente antropólogos e sociólogos do pensamento evolucionista e funcionalista. Em reação às teorias de evolução biocultural de Maine, Morgan, Spencer e Taylor e à concepção da sociedade como um organismo composto de partes funcionais de Durkheim, Malinowski e Radcliffe-Brown, desenvolveram o conceito de cultura como fenômeno superorgânico.

Franz Boas, geógrafo físico alemão que se tornou antropólogo nos Estados Unidos, geralmente é reconhecido como o mentor da Antropologia Cultural. Contudo, Boas fazia parte de uma tendência maior entre cientistas da Alemanha na virada do século. Etnólogos e geógrafos, como Ankerman, Frobenius, Graebner, Ratzel e Schmidt, deram destaque aos processos espaciais de mudança cultural por via da difusão de instituições e não por processos de evolução paralela em estágios unilineares, mecanicamente repetidos por cada povo no seu desenvolvimento cultural, como sustentavam os evolucionistas (Harris 1968, Hartshorne 1939, Holt-Jensen 1980).

A contribuição de Boas e de seus alunos Kroeber e Lowie foi levar o difusionismo para um foco particularista e historicista. Criticaram de forma vee-

mente toda espécie de determinismo, seja biológico, ambiental ou econômico, dissociando a evolução biológica da mudança cultural, e, no conjunto da mudança cultural, o desenvolvimento tecno-econômico do desenvolvimento social e ideológico. Com base nesta visão da cultura, também, eram extremamente hostis ao determinismo sociológico presente no Funcionalismo francês e inglês. Este paradigma foi criticado por manter o modelo spenceriano da sociedade como organismo composto de partes especializadas e integradas.

Em reação a estes modelos racionalistas da sociedade, Lowie, em particular, adotou uma posição de extremo particularismo, considerando a cultura como uma colcha de retalhos, justapostos aleatoriamente por um processo histórico da difusão de costumes [1963(1920), p. 441]. Mais tarde, junto com Kroeber, admite ter exagerado suas críticas, alegando que a agregação indiscriminada de processos biológicos e culturais na época exigia uma refutação energética dos modelos evolucionistas e funcionalista (Kroeber 1952, p. 10; 22, Lowie 1948, p. 19-25).

É neste contexto intelectual que deve ser avaliado o conceito do superorgânico de Kroeber, e não como um modelo determinista da cultura como colocam "novos" geógrafos culturais seguindo a leitura equivocada de Duncan (1980). Para Kroeber, "apesar de ser produzido por indivíduos orgânicos ... a cultura é superorgânica ... e se coloca acima dos indivíduos ... sendo adquirida por aprendizagem ... e transmitida entre indivíduos sem ser incorporada biologicamente" [1963(1922/ 1948), p. 62]. Esta visão da cultura também é fruto de sua crítica à evolução unilinear, propondo, em seu lugar, processos particularistas de difusão multi-direcional.

Assim sendo, Kroeber utilizou a qualificativa "super" no sentido de "além" e "acima", na mesma maneira que "meta" na Filosofia, e não no sentido da cultura como uma caixa preta que condiciona indivíduos por processos pavlovianos. Assim sendo, mudança cultural está acima e é independente da evolução biológica. Cultura também está além do orgânico uma vez que antropólogos culturais rejeitavam modelos orgânicos da sociedade. Conclui-se, portanto, que Kroeber não usou o conceito do superorgânico no sentido de Spencer, sendo, de fato, mais próximo ao sentido holista de Hutton, que inventou o termo em 1785 (Pepper 1996, p. 21). No seu holismo particularista, a cultura é composta de elementos justapostos, denominados "peças", e não de "partes" nem de "órgãos" que têm conotação de integração funcional. Configurações culturais são únicas, variando espacial e temporalmente de forma que, case se acrescente uma instituição nova por processo de difusão, a configuração é outra.

Assim sendo, os antropólogos e os geógrafos culturais do período entre as guerras mundiais possuíam, em quase todos os quesitos epistemológicos, uma Filosofia da Ciência bastante inclinada para a Fenomenologia. Fica aparente, então, a leitura tendenciosa do trabalho de Sauer e Kroeber por parte dos "novos" geógrafos culturais como sustentam Price e Lewis (1993a). Em outras palavras, estão criticando os cientistas sociais errados, pois foram os evolucionistas e funcionalistas que advogaram epistemologias racionalistas e empiricistas.

O ATUAL DEBATE ONTOLÓGICO NA GEOGRAFIA CULTURAL

Comparado com as nítidas diferenças epistemológicas entre Hartshorne e Sauer, a consistência filosófica dos atuais debates na Geografia Cultural deixa muito a desejar. Cosgrove (1996a), com justa razão, chama a posição de Mitchell (1993, 1995) de "sub-marxista", embora talvez "marxista ortodoxo" ou "paleo-marxista" seja uma classificação mais apropriada (cf. Foster-Carter 1974).

Nos seus artigos, criticando o "idealismo" da interpretação marxista cultural e pós-modernista na Geografia, Mitchell utiliza repetidamente o termo "ontologia", mas sem contextualizar esta sub-área da filosofia na sua esfera maior de epistemologia. Na verdade, a ontologia na Filosofia só é importante para o Empiricismo, sendo bastante secundário para epistemologias racionalistas e fenomenológicas. Ao contrário do tratamento simplista do Empiricismo sobre a questão da objetividade na observação científica, no qual afirma-se que o sujeito observa o objeto sem filtragem, a subjetividade assume destaque quanto na Fenomenologia, na qual o conhecimento é produto da síntese da interação subjeito-tese e objeto-antítese, tanto no Racionalismo, no qual o sujeito procura a essência estável, a estrutura, no fluxo de objetos apresentados pelos sensos humanos, pouco confiáveis (Copleston 1960-67, Feibleman 1960, Honkway 1992, Pettit 1992, Scruton 1995, Wood 1960).

Tanto a "velha" quanto a "nova" Geografia Cultural, e também as visões Neo-marxistas mais sofisticadas do saber como a de Harvey (1973, p. 288-89, p. 296-98), utilizam um modelo construtivista da realidade no qual a ontologia (o que existe) não pode ser separada da epistemologia (teorias do conhecimento), sendo que o sujeito (o ser humano) estrutura o objeto (o mundo) ao mesmo tempo que o mundo estrutura o conhecimento humano. Assim sendo, o conceito de "cultura", como também o de "economia" ou o de "política", são todos abstrações

intelectuais construídas para entender outra abstração: a "sociedade". Somente um radical empiricista como Mitchell sustenta um debate meramente ontológico, assumindo que "cultura" não tem existência em si, sendo apenas uma construção ideológica, fundamentada em relações materialistas, econômicas e políticas tidas como "concretas", "racionais", "melhores", "enraizadas", enfim, "reais". A cultura, por sua vez, se localiza "num nível nebuloso e mistificante", "é solta e desamarrada", "carece de um fundamento sólido, fixado no chão", "é vazia", "carece de uma fundação na pedra", "envolve um regresso infinito", e "é tudo que não pode ser reduzido à economia e à política", sendo, na sua opinião, estas últimas a base da cultura (1995, p. 104-108).

Assim sendo, o maior problema na análise de Mitchell é o reducionismo ontológico e não o modelo determinista do tipo base-superestrutura, pois, o próprio Harvey (1973, 1985, 1989) e Soja (1989) utilizam este tipo de modelo quando eles argumentam que novas formas de expressão cultural modernista surgem com a modernização tecno-econômica. Recentemente, Harvey (1992) modificou sua posição observando que, mesmo que algum um dia fosse possível distinguir a base (as condições materais da vida) da superestrutura (a cultura), hoje em dia isto não é possível, principalmente em função da grande importância produtiva do trabalho cultural, mudança de posição notada por Mitchell sem perceber as implicações epistemológicas.

Há, entretanto, contradições epistemológicas entre alguns dos proponentes da Nova Geografia Cultural, como Duncan e Duncan (1996), que se defendem da crítica de Mitchell, afirmando que idéias e textos são tão "reais" quanto as práticas materi-

ais e Jackson (1996) concordando com a posição materialista de que cultura é apenas ideologia. Estes autores conflitam a prática com a teoria ao quererem posicionar seus estudos numa base fenomenológica/pós-modernista, exprimindo-se, porém, no caso dos Duncans, ontologicamente, num modelo realista do Empiricismo, ou, no caso de Jackson, epistemologicamente, num modelo reducionista do Racionalismo, distantes do construtivismo da Fenomenologia. Ao se calcarem neste tipo de ontologia. estes autores deveriam ter respondido às críticas de Mitchell afirmando que "cultura", "ideologia", "economia" e "política" não "existem" em si, mas são apenas construções sociais utilizadas para entender o mundo.

Cosgrove, por sua vez, tem se demonstrado bastante consistente filosoficamente através dos anos na sua migração intelectual do Marxismo Cultural ao Pós-modernismo. Quando critica o "fundacionismo" envolvido no materialismo de Mitchell, Cosgrove demonstra pleno conhecimento das questões epistemológicas. Cosgrove se baseia explicitamente numa epistemologia fenomenológica, evitando posições empiricistas e racionalistas ao tratar de paisagens históricas (1984, 1993b), questões ambientalistas atuais (1990, 1996b) e paisagens extra-terrestres (1994a, 1994b). Cosgrove assume uma posição tão relativista e peculiarista que ele não gosta de ser caracterizado como um pós-modernista, pois cada geógrafo tem sua própria abordagem (1993a).

Sobre estas questões em torno do conceito de cultura é ilustrativo considerar a reação crítica pós-1967 na Antropologia, pois este fato fornece subsídios que podem resolver os debates na Geografia. Antropólogos marxistas e pós-modernistas também têm sido extremamente críticos ao conceito monolítico da cultura (cf. Clifford & Marcus 1986, Hymes 1969, Kahn 1989, Rollwagen 1986). Contudo, a visão de cultura contestada não é a visão de cultura boasiana e, sim, a funcionalista estrutural e a estruturalista do período da pós-Segunda Guerra, quando surgiram visões explicitamente modernistas. Critica-se duramente o projeto de uma Ciência da Cultura, como fizeram Harris (1968), Service (1962, 1971), Steward (1955) e White [1970(1949/ 1960), 1959], na qual utilizou-se um modelo sistêmico da cultura e procuraram-se fatores determinantes e leis evolutivas. Isso nos leva a questionar a atual tendência na Geografia em fazer as mesmas críticas de Sauer que se faz à visão modernista da cultura de Zelinsky (1973).

Além disso, na Antropologia contemporânea, não se jogou fora o bebê, o conceito holístico de cultura, com a água suja do banho, os princípios racionalistas. Apesar de sérias críticas do conceito maior de sua disciplina, a visão holística de cultura não foi dissolvida em favor do materialismo histórico, nem reduzida a um conceito resíduo da cultura como estética. Após longos debates chegaram a um acordo para tratar cultura como um artifício analítico construído para entender a vida social, não sendo, portanto, uma entidade ontologicamente reificada. Da mesma forma, as divisas fenomenais e espaciais, externas e internas da cultura são delimitadas arbitrariamente para analisar relações intra- e interculturais (Figura 2). Pesos podem ser atribuídos, ou não, a cada esfera cultural identificada em relação a outras. As culturas não estão isoladas no mundo, pois o mundo contemporâneo se caracteriza por processos de diversidade e globalização cultural. Talvez esta visão da cultura possa satisfazer Mitchell, quando ele prega o retorno à análise funcional na Geografia.

FIGURA 2 - CHITURAS E ESERAS CULTURAIS ARBITRARIAMENTE DELIMITADAS

Ecológica	Sócio-Política
Econômica	Ideológica-Cosmológica

Conclusão _

Apesar de ter oferecido uma dura desconstrução filosófica de geógrafos culturais contemporâneos, é importante ressaltar que é o atual contexto de grandes mudanças no mundo e no pensamento científico que traz à tona as contradições epistemológicas apontadas aqui. Após décadas de debate acirrado entre proponentes de diferentes sintagmas críticos, entrando nos anos de 1990 o Neo-Marxismo praticamente desapareceu e o Pós-modernismo é cada vez mais criticado (cf. Godelier 1997, Richardson 1990, Sax 1998, Saunders 1997, Stolke 1995). Estamos caminhando aos poucos novamente em direção a paradigmas modernistas, tais como a Ecologia Política empiricista, e o Neo-Darwinismo racionalista. No processo, epistemologias são combinadas temporariamente de maneira contraditória, mas ao longo prazo, as posições filosóficas serão apuradas. O particularismo subjetivo será rejeitado e a parcimônia racionalista celebrada, isto é, até o advento do próximo momento intelectual crítico daqui dez a vinte anos.

- Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no II Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Pesquisa apoiada pelo CNPg e PADCT-FINEP.
- Em função da leitura empiricista de Kant pelo movimento do Positivismo Lógico no século XX, a inclusão de Kant neste grupo pode parecer equivocada. Contudo, seus seguidores imediatos, Fichte, Schiller e Schelling, enfatizaram o lado idealista de Kant (Scruton 1995, 155-56). A Crítica da Razão Pura foi um ataque ao Racionalismo e A Crítica da Razão Prática ao Empiricismo. O próprio Kant se colocou numa posição de meio termo, entre a visão "intelectualizada" do fenômeno de Leibniz (que Kant caracterizou como a tese racionalista) e a visão "sensitória" do fenômeno de Locke (a antítese empiricista). Ele denominou sua posição como a conjunção das duas extremas, termo substituído, posteriormente, pelo conceito de síntese na filosofia alemã [Kant 1952(1789), p. 102-3, p. 147].
- Sartre foi aluno de Husserl e Heidegger, servindo, dessa forma, de elo direto entre a Filosofia alemã e francesa. Como coloca Bourdieu e Passeron (1967), após da Segunda Guerra Mundial, a França deixou de ser uma potência mundial, "não fazendo mais história". Assim sendo, seus intelectuais passaram a rejeitar visões evolucionistas da Ciência em favor de filosofias alternativas, que, por sua vez, podem ser vistas como expressões ideológicas da resistência geo-política à dominação técnica e científica anglo-americana.
- O paradigma do Estruturalismo foi dominante nas ciências durante os anos de 1950 e 1960 e não deve ser confundido como o sintagma do Marxismo Estrutural, corrente durante curto período no fim dos anos de 1960 e início dos de 1970.
- O celebre pós-modernista Baudrillard fez uma mudança teórica semelhante nos anos de 1970 (Kellner 1991).
- Curiosamente, Sauer, sob a influência de Hettner, ainda usava analogias orgânicas em 1925, uma prática criticada por Hartshorne (1939, 257).

- ABLER, R., J.S. ADAMS e P. GOULD. Spatial Organization. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1971.
- ATKINSON, A. Principles of Political Ecology. London: Belhaven, 1991.
- BOAS, F. Language, Race and Culture. Glencoe: Free Press, 1966 (1887 - 1939)
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J. C. Sociology and Philosophy in France since 1945. Social Research, v.12, n. 3, p. 162-211 1967
- BROOKFIELD, H. Interdependent Development. London: Methuen, 1975.
- CAMPBELL, C.S. The Second Nature of Geography. Professional Geographer, v. 46, n.4, p. 411-17, 1994.
- CHAPMAN, G.P. e K.M. BAKER (eds.). The Changing Geography of Asia. London: Rouledge, 1992a.
- . The Changing Geography of Africa and the Middle East. London: Routledge, 1992b.
- CLIFFORD, J. e G.E. MARCUS (eds.). Writing Culture. Berkeley: University of California Press, 1986.
- COLE, J. The Geography of the World's Major Regions. London: Routledge, 1995.
- COLE, J. e F. COLE. The Geography of the European Community. London: Routledge, 1993.
- COPLESTON, F. A History of Philosophy: Modern Philosophy, v. 4-8. Garden City: Image, 1960-67
- COSGROVE, D. Social Formation and Symbolic Landscape. London: Croom Helm, 1984.
- Geography is Everywhere. In: D. Gregory e R. Walford (eds.), Horizons in Human Geography. London: MacMillan, 1989, p. 118-135.
- Commentary. Annals of the American Association of Geographers, v. 83, n. 3, p. 515-517, 1993.
- Ideas and Culture. Transactions of the Institute of British Geographers, v. 21, n. 3, p. 574-575, 1996.
- COSGROVE, D. e S. DANIELS (eds.). Iconography of Landscape. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- DARWIN, C. Origin of Species. Chicago: Great Books, 1952(1859).
- The Descent of Man and Selection in Relation to Sex. Chicago: Great Books, 1952(1870).
- DUNCAN, J. The Superorganic in American Cultural Geography. Annals of the American Association of Geographers, v. 70, n. 2, p. 181-198, 1980.
- Commentary. Annals of the American Association of Geographers, v. 83, n. 3, p. 517-519, 1993.
- DUNCAN, J. e N. DUNCAN. Reconceptualizing the Idea of Culture in Geography. Transactions, v. 21, n. 3, p. 576-579, 1996.
- ENTRIKIN, J. The Betweeness of Place. London: MacMillan, 1991.
- FARMER, B.H. An Introduction to South Asia. London: Routledge, 1993.
- FEIBLEMAN, J.K. Ontology. In: D.D. Runes (ed.), Dictionary of Philosophyp. 219. Towowa: Littlefield & Adams, 1960.

- FENNIMAN, N. The Circumference of Geography. Annals of the American Association of Geographers, v. 9, p. 3-12, 1919.
- FOSTER-CARTIER, A. Neo-Marxist Approaches to Development and Underdevelopment. In: KADT, E. de e WILLIAMS, G. Sociology and Development, London: Tavistock, 1974, p. 67-108.
- FRENKEL, S. Old Theories in New Places? Environmental Determinism and Bioregionalism. The Professional Geographer, v. 46 n. 3, p. 289-295, 1994.
- GARE, A.E. Postmodernism and the Environmental Crisis. London: Routledge, 1995.
- GILBERT, A. Latin America. London: Routledge, 1990.
- GREGORY, D. Ideology, Science and Human Geography. London: Hutchinson, 1978.
- Social Theory and Human Geography. In: D. GREGORY, D. MARTIN R. e SMITH G. (eds.) Human Geography. London: Methuen, 1994.
- HARRIS, M. The Rise of Anthropological Theory. New York: Cro-
- HARTSHORNE, R. The Nature of Geography. Lancaster: AAG,
- Perspectives on the Nature of Geography. Chicago: Rand McNally, 1959.
- HARVEY, D. Social Justice and the City. London: Arnold,
- The Condition of Postmodernity. Oxford: Blackwell, 1989
- Postmodern Morality Plays. Antipode, v. 24, n. 4, p. 300-326,1992
- HASSAN, I. The Culture of Postmodernism. Theory, Culture and Society, v. 2, n. 3, p. 119-32, 1985.
- HOBSBAWN, E. The Age of Revolution 1789-1848. London: Cardinal, 1988(1962).
- The Age of Capital 1848-1875. London: Weidenfeld & Nicolson, 1967.
- The Age of Empire 1875-1914. New York: Scribner's, 1975.
- . The Age of Extremes 1914-1991 London: Michael Joseph, 1994.
- HODDER, R. The West Pacific Rim. London: Belhaven, 1992.
- HOLT-JENSEN, A. Geography: Its History and Concepts. London: Harper & Row, 1980
- HOOKWAY, C. Ontology. In: DANCY, J. e SOSA, E. (eds.), A Companion to Epistemology, Oxford: Blackwell, 1992.
- HYMES, D. (ed.). Reinventing Anthropology. New York: Pantheon, 1969.
- JACKSON, P. Commentary. Annals of the American Association of Geographers v. 83, n. 3, p. 519-520, 1993.
- The Idea of Culture. Transactions of the Institute of British Geographers, v. 21, n. 3, p. 572-573, 1996.
- KAHN, J. 1989. Culture: Demise or Ressurection? Critical Anthropology, v. 9, n. 2, p. 5-25, 1989.
- KANT, I. The Critique of Pure Reason. Chicago: Great Books, 1952(1781).
- The Critique of Practical Reason. Chicago: Great Books, 1952(1788).

- KELLNER, D. Jean Baudrillard: from Marxism to Postmodernism and Beyond. London: Polity, 1989.
- KROEBER, A. L. The Superorganic. The Nature of Culture, p. 22-51. Chicago: University of Chicago Press, 1952(1917).
- Anthropology: culture patterns and processes. New York: Harbinger, 1962(1922/1948).
- Introduction. The Nature of Culture, 3-11, 22. Chicago: University of Chicago Press, 1952.
- KUHN, T. The Structure of Scientific Revolutions. Chicago: University of Chicago Press, 1970(1962).
- LEMMON, A. (ed.). The Geography of Change in South Africa. Chichester: Wiley, 1993.
- LIVINGSTON, D.N. The Geographical Tradition. Oxford: Blackwell, 1992.
- Climate's Moral Economy. GODLEWSKA, A. e SMITH, N. (eds.) Geography and Empire, Oxford, Blackwell, 1994, p. 132-154.
- LOWIE, R. Primitive society. New York: Liveright, 1970(1920).
- . Social organization. New York: Liveright, 1948.
- MARTIN, G. J. In Memoriam of Richard Hartshorne. Annals of the Association of American Geographers, v. 84, n. 3, p. 480-492, 1994.
- MATHEWSON, K. Notes from the Chair. Cultural Ecology Newsletter 26: 3, 1995.
- MERCHANT, C. Radical Ecology. London: Routledge, 1992.
- MITCHELL, D. Resenha do Writing Worlds. The Professional Geographer, v. 45, n. 4,p. 474-475, 1993.
- There's No Such Thing as Culture. Transactions of the Institute of British Geographers, v. 20, n. 1, p. 102-116,
- Explanation in Cultural Geography. Transactions of the Institute of British Geographers, v. 21, n. 3, p. 580-582,
- PEET, R. Resenha crítica do The City as Text. Annals of the Association of American Geographers, v. 83, n.1, p. 184-187, 1993.
- PEET, R. e M. WATTS. Introduction. Economic Geography, v. 69, n. 3, p. 227-53, 1994.
- PEPPER, D. Modern Environmentalism. London: Routledge, 1996.
- PETTIT, P. Realism. DANCY, J. e SOSA, E., (eds.). A Companion to Epistemology. Oxford: Blackwell, 1992, p. 420-
- PINDER, D. (ed.). Western Europe. Chichester: Wiley, 1994.
- PRICE, M. e M. LEWIS. The Reinvention of Cultural Geography. Annals of the American Association of Geographers, v. 83, n. 1, p. 1-17, 1993a.
- Reply. Annals of the American Association of Geographers, v. 83, n. 3, p. 520-522, 1993b.
- ROLLWAGEN, J.R. Reconsidering Basic Assumptions: A Call for a Reassessment of the General Concept of Culture in Anthropology. In: ROLLWAGEN, J.R. (ed.), Directions in the anthropological study of Latin America. Albany: State University of New York, 1986, p. 97-133.
- SAUER, C. O. Morphology of Landscape. In: J. Leighly (ed.), Land and Life, p. 315-350. Berkeley: University of California Press, 1963.

- Forward to Historical Geography . In: J. Leighly (ed.), Land and Life, p. 350-379. Berkeley: University of California Press, 1963(1941).
- Folkways of Social Science. In: J. Leighly (ed.), Land and Life. Berkeley: University of California Press, 1963
- . Education of a Geographer. In: J. Leighly (ed.), Land and Life, p. 393-403. Berkeley: University of California Press, 1963.
- SCRUTON, R. A Short History of Modern Philosophy. London: Routledge, 1995.
- SERVICE, E. Primitive Social Organization: An evolutionary perspective. New York: Random House, 1962.
- . Cultural Evolutionism. New York: Holt, Rinehart e Winston, 1971.
- SIMMONS, I. G. Changing the Face of the Earth. Oxford: Blackwell, 1989.
- . Interpreting Nature: Cultural Constructions of the Environment. London: Routledge, 1993.
- SIMMONS, I.G. e N.J. COX. Holistic and Reductionist Approaches to Geography. In: JOHNSTON, R. J. (ed.), The Future of Geography, London: Metheun, 1985, p. 43-
- SOJA, E.W. Postmodern Geographies. London: Verso, 1989.
- STOCKING, G. Race, Culture and Evolution. Boston: Free Press,

- STÖHR, W. B. Development from Below. In: TAYLOR, D.R.F. e STÖHR, W.B. Development from Above or Below?, p. 39-72. Chichester: John Wiley, 1981.
- TAYLOR, P.J. The Value of a Geographical Perspective. In: JOHNSTON, R.J. The Future of Geography, London: Metheun, 1985, p. 92-110.
- The Error of Developmentalism in Human Geography. In: D. Gregory e R. Walford (eds.), Horizons in Human_Geography, p 303-319, 1989.
- THRIFT, N. Taking Aim at the Heart of the Region. In: R. Martin e G. Smith (eds.), Human Geography, D. Gregory, p. 200-231. London: Methuen, 1994.
- THOMPSON, E.P. The Making of the English Working Class. Harmondsworth: Penguin, 1968.
- TYLOR, E. Primitive Culture. New York: Cooper Square, 1970(1871).
- WATSON, J.R. How real(ist) can you get? Professional Geographer, v. 47, n. 1, p. 61-65, 1995.
- WHITE, L. The Science of Culture. New York: Noonday, 1970(1949/1960).
- . The Evolution of Culture. New York: McGraw Hill, 1959.
- WOOD, L. Epistemology. In: D.D. Runes (ed.), Dictionary of Philosophy, p. 94-96. Towowa: Littlefield e Adams,
- ZELINSKY, W. The Cultural Geography of the United States. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1973.

ABSTRACT

THE THEORETICAL DEBATES BETWEEN PROPONENTS OF SAUERIAN, MARXIST AND POSTMODERNIST APPROACHES TO CULTURAL GEOGRAPHY DURING THE 1990S ARE EXAMINED ACCORDING TO THEIR EPISTEMOLOGICAL AND ONTOLOGICAL CONSISTENCY. DESPITE THEIR ALLEGED DIFFERENCES, 'OLD' AND 'NEW' CULTURAL GEOGRAPHIES ARE SHOWN TO SHARE A COMMON PHILOSOPHICAL OUTLOOK IN FUNCTION OF OCCUPYING SIMILAR MOMENTS IN THE FLOW OF SCIENTIFIC PARADIGMS THROUGH TIME. FIRST, THE EPISTEMOLOGICAL DEBATES BETWEEN SAUER AND HARTSHORNE ARE REVIEWED IN ORDER TO DEMONSTRATE HOW THEY REFLECTED A GENERAL SHIFT FROM PHENOMENOLOGICAL TO EMPIRICIST POSITIONS IN THE SCIENCES AT THAT TIME. THEN, THE PRESENT DEBATES IN ANGLO-AMERICAN CULTURAL GEOGRAPHY ARE SHOWN TO REFLECT A SIMILAR SHIFT FROM THE PHENOMENOLOGICAL SYNTAGMS OF CULTURAL MARXISM, POSTMODERNISM AND RADICAL ENVIRONMENTALISM TOWARD THEORETICAL SYNTHESES AROUND THE EMPIRICIST PARADIGM OF POLITICAL ECOLOGY AND/OR THE RATIONALIST PARADIGM OF NEO-DARWINISM.

KEYWORDS: GEOGRAPHY, CULTURE GEOGRAPHY, CULTURE.